



Tradução

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Nas manifestações de rua que tiveram lugar no 1.º de Maio, pôde-se ver um maior número de trabalhadores do sector da construção civil a chamarem a atenção dos Deputados para o problema de mão-de-obra ilegal que, ultimamente, tem abundado em diversos estaleiros de obras dos grandes projectos na zona do COTAI. Não obstante as denúncias desse facto por parte dos trabalhadores locais e as investigações ocasionalmente realizadas pelas autoridades, as acções de combate à mão-de-obra ilegal continuam a ser vistas pelos trabalhadores locais como um “show”. Segundo os locais, sempre que os funcionários do Governo entram num estaleiro de obras para investigação, os trabalhadores já foram anteriormente alertados para essa operação de combate por outros operários do estaleiro, para que os ilegais possam esconder-se atempadamente. Deste modo, os trabalhadores locais lamentam a falta de um mecanismo de combate para evitar a cumplicidade *in loco* entre os trabalhadores no estaleiro de obras. Por outro lado, segundo afirmaram os trabalhadores aos Deputados, nos diversos estaleiros de obras na zona do COTAI pode-se verificar que os trabalhadores se deslocam de um estaleiro para o outro, prestando ilegalmente funções depois de ter terminado o seu turno de trabalho em determinado estaleiro. Como essa troca ilegal de estaleiros pelos trabalhadores ocorre no período nocturno, e pelo facto de os fiscais do Governo não efectuarem investigações aos estaleiros durante a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

noite, têm vindo a ser criadas, por isso, as necessárias condições para essa actividade ilegal de troca de trabalhadores entre os estaleiros de obras.

Quando os dirigentes do anterior Governo da RAEM responderam a uma interpelação minha, salientaram a existência de certo perigo para os intervenientes nas acções de combate ao trabalho ilegal. Deste modo, acrescentaram que cabe ao Governo garantir a segurança pessoal dos participantes nessas acções, pelo que há ainda a necessidade de um melhor estudo sobre a proposta de introdução de um mecanismo de combate que envolva a participação dos Deputados ou dos representantes das associações laborais que podem estabelecer contacto com aqueles que conhecem a situação nos estaleiros de obras, permitindo-lhes assim realizar investigações e acompanhamento *in loco* com base nesta forma de comunicação directa com as pessoas referidas. No debate das Linhas de Acção Governativa na área da Segurança Pública para o ano de 2014, o anterior Secretário da tutela comprometeu-se a estudar o referido mecanismo de combate, envolvendo a participação de Deputados ou de representantes das associações laborais, em condições de segurança, naquelas acções de combate ao trabalho ilegal, mas, até ao momento, não se vê nenhum trabalho realizado.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1 – Considerando o problema de mão-de-obra ilegal verificado em diversos grandes projectos de construção na zona do COTAI, o Governo está de facto determinado em aplicar a lei? Ou será que a política do Governo permite que



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

a situação continue?

2 - Quanto à proposta de introdução de um mecanismo de combate envolvendo a participação, em condições de segurança, dos Deputados ou dos representantes das associações laborais que podem estabelecer contacto com aqueles que conhecem a situação nos estaleiros de obras, o seu objectivo é permitir a realização de investigações e acompanhamento *in loco* com base nesta forma de comunicação directa com as pessoas referidas, para que os que empregam os trabalhadores ilegais sejam responsabilizados pela lei. Assim, o mecanismo proposto vai ser introduzido?

— 3 – O Governo vai realizar investigações nocturnas, com condições de segurança garantidas para os fiscais, de modo a evitar com eficácia que os trabalhadores venham a trabalhar noutra estaleiro de obras depois de terminarem o seu turno de trabalho num determinado estaleiro?

O Deputado à Assembleia Legislativa,

Ng Kuok Cheong

4 de Maio de 2015